Direito do Estado.com.br
O Direito Público da Cidadania

IDPB
Instituto de Direito Público da Bahia

R e RE | Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado

Número 2 – junho/julho/agosto de 2005 – Salvador – Bahia – Brasil

O FUTURO DO ESTADO E DO DIREITO DO ESTADO. DEMOCRACIA, GLOBALIZAÇÃO E O NEONACIONALISMO[1]

Prof. J. J. Calmon de Passos

Professor Emérito da Faculdade de Direito da UFBA. Professor e Coordenador Geral do Curso de Especialização em Processo do Centro de Cultura Jurídica da Bahia (CCJB). Parecerista.

INTRODUÇÃO

O tema sugere preocupações com o futuro do que hoje conhecemos com o nome de Estado, particularmente do chamado Estado de Direito Social Democrático, cuja teorização nos permite falar em um Direito do Estado. Outrossim, aponta como merecedores de reflexão, por serem vistos como fatores potencial ou efetivamente influentes, os fenômenos da globalização e do neo-nacionalismo. Lendo nas entrelinhas: o Estado de Direito Social Democrático, como existente hoje, está ou não ameaçado pela globalização? E em que termos o neonacionalismo é uma resposta ou um complicador a essa ameaça? Quando nada foi esta a leitura que fiz do tema proposto.

É do domínio do senso comum que as palavras são vagas e ambíguas, daí a exigência de rigor e precisão terminológicas quando se pretende trabalhar um saber com pretensões de ciência, ou informado por um mínimo de disciplina sistemática e racionalidade mais refinada que a presente no quotidiano da comunicação humana. Isso nos impõe, até certo ponto, denotar e conotar o que entendemos por globalização, palavra que, servindo para tudo, termina nada dizendo a ninguém, salvo se antes não lhe precisarmos o alcance. Nenhuma outra, em nossos dias, é tão abrangente e ao mesmo tempo tão inespecífica quanto ela, que diz tudo e nada significa. Diz tudo porque a

[1] Conferência pronunciada no dia 26 de abril de 2002 no II Congresso de Direito do Estado-Salvador (BA)

tudo ela é referida sem ter significação marcante porque, embora a tudo referida, nada esclarece.

Sérgio Paulo Rouanet, com a clareza e lucidez que lhe são costumeiras, cuidando do que se tem chamado de sociedade do conhecimento, adverte ser indispensável, quando se fala muito de alguma coisa, indagar sobre o que exatamente estamos falando. Nessa linha de reflexão, pergunta se a "sociedade do conhecimento" é um fato, uma, ideologia ou uma utopia, concluindo no sentido de que ela é tudo isso ao mesmo tempo.[2] Globalização também é algo de que estamos falando muito, merecendo por isso a mesma indagação e comportando a mesma resposta de Rouanet. A globalização é, concomitantemente, um fato, uma ideologia e uma utopia. É fato, porque pode ser confirmada empiricamente. É ideologia, no sentido mais clássico, por ser um conjunto de idéias destinadas a mistificar relações reais de poder, a serviço de um sistema de dominação. Lembra, contudo, Rouanet, que toda ideologia contém, em seu avesso, como foi demonstrado pela Escola de Frankfurt, uma dimensão utópica, visto como falso, na ideologia, não é o seu conteúdo, sim a pretensão de que esse conteúdo já se tenha realizado. Distingue, portanto, a utopia abstrata do que se costuma denominar de utopia concreta. A primeira, um conjunto de idéias que transcende toda situação histórica específica, na concepção de Karl Mannheim; a segunda, na perspectiva de Ernst Bloch, um conjunto de representações fundadas numa esperança objetiva, instruída por tendências já presentes no real, uma *docta spes*, não uma simples fantasmagoria subjetiva. Conclui Rouanet afirmando haver na sociedade do conhecimento uma energia utópica dessa natureza.

Tenho essas reflexões como válidas para a abordagem do tema que me foi confiado e eu as utilizarei nesta minha fala, tentando demonstrar que a globalização é um fato, tem sido instrumentalizada como ideologia, mas também encerra uma energia utópica que, se corretamente utilizada, poderá significar transformações profundas, no futuro, tanto em termos econômicos como políticos, configuradoras de um novo paradigma em que se privilegie a emancipação do homem, sua vocação radical.

O FATO DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização é um fato. Hirst e Thompson[3] mencionam alguns acontecimentos indiscutíveis e comumente associados a ela. Também André-Jean Arnaud[4] arrola outros tantos, podendo acrescentar, ainda, o impactante relato de Hans-Peter Martin e Harald Schumann a respeito[5] Acredito esteja

---

[2] *Fato, ideologia, utopia.* Caderno *Mais* da Folha de S. Paulo de 24.03.02, pgs. 14/15

[3] *Globalização em quentão,* Ed. Vozes, Petrópolis, 1998 pgs. 19/20

[4] *Entre modernidad y globalización. Siete lecciones de historia de la filosofía Del Derecho y Del Estado.* Universidad Externado de Colombia, 2000, pgs. 33/34

[5] *A armadilha da globalização. O assalto à democracia e ao bem-estar social. Rio,* Ed. Globo, 6ª.ed.

acima de qualquer dúvida ter havido uma mudança radical no modo de operar do sistema econômico, sendo coisas do passado o fordismo e a linha de produção. Tornou-se possível a automação em termos significativos e extremamente fácil a transferência de uma parte das operações de produção de um pais para outro, o que contribui para fragilizar a importância política dos sindicatos e vem possibilitando uma nova divisão internacional do trabalho. A par disso, os mercados de capitais desenvolveram-se ligados entre si e acima das Nações. Um fluxo livre de inversões se processa sem ter em conta as fronteiras, o que também fragiliza o Estado. Há uma expansão crescente das multinacionais, hoje qualificadas de transnacionais, tanto em termos de capacidade de produção quanto no tocante ao poder que exercem sobre os legitimados para decisões políticas, sem se desligarem, contudo, umbilicalmente, dos paises em que assentam suas raízes. Tudo isso levou à ampliação desmesurada do poder de contratação e de negociação dessas empresas em nível de uma economia convertida, para elas, em planetária, revestindo-se de importância crescente os acordos comerciais entre nações e a criação quase compulsória de mercados comuns. A orientação neoliberal se fez absoluta em matéria de relações econômicas e para ajustar o poder político, ainda com feição nacional, a essa nova economia, promove-se um ajuste estrutural que passa pela privatização e diminuição do papel do Estado nacional, modificado em termos de seu desempenho nesse cenário globalizado, com perda de poder de tributar, de planejar e de traçar diretrizes econômico-financeiras. Em contraposição, atores ditos supranacionais ensaiam a gestão da economia, da política e do direito acima e até contra os interesses nacionais.[6]

Globalização, por conseguinte, é mais que um modismo, mera palavra nova para algo bem antigo. Embora podendo ser vista como fase atual de um processo que remonta a séculos, ela é, em termos marcantes, um complexo

---

[6]Gostaria de ilustrar essa enumeração com alguns fatos documentados por Hans-Peter Martin e Harald Schumann em seu livro *A armadilha da globalização. O assalto à democracia e ao bem-estar social*[6] Contam eles que, em novembro de 1995, Mikhail Gorbachev recepcionou a elite do mundo no Hotel Fairmont, em San Francisco, na Califórnia e na sua breve intervenção John Gage, diretor da firma americana de computadores Suin Microsystems, cuja empresa era a nova estrela do ramo pior haver desenvolvido a linguagem Java de programação, o que fez disparar suas ações. Assim falou curto e grosso: “Cada qual pode trabalhar conosco quanto tempo quiser, também não precisamos de vistos para nosso pessoal no Exterior. E acrescentou: Governos e suas normas para relações trabalhistas já perderam qualquer significado. Empregamos quem precisamos em dado momento, onde estiverem presentes os candidatos, presentemente preferindo “bons cérebros da Índia” De todas as partes do planeta a firma está recebendo, por computador, solicitações d e emprego que falam por si sós. Empregamos nosso pessoal por computador eles trabalham no computador e também são demitidos por computador.”

O gigante da eletrônica Siemens transferiu sua sede geral para o Exterior, com vistas a vantagens fiscais Dos 2..1 bilhões de marcos de lucro no exercício de 94/95 o Fisco alemão não arrecadou maiôs que 100 milhões de marcos e no ano de 1996[a] Siemens não pagou mais nada. Revela, ainda, que a transferência de unidades de produção da Alemanha para paises que possibilitam salários mais baixos mais der 15 milhões de trabalhadores correm o risco de perder seus empregos em tempo integral. E ironicamente falam na filosofia de empresas como a IBM, Motorola e Hwewlkwtt-Packard de trocarem um suíço pro três indianos, não em benefício dos indianos, mas em favor de seus lucros.

conjunto de fatos com acentuado poder de determinação, que implicam fraturas irrecuperáveis em um paradigma pelo qual se orientou o pensamento e a ação humana nas últimas centúrias, mudanças de tal monta que se fez impossível pensar num caminho de volta. O desafio é ir em frente, não como quem navega num barco sem leme, do qual se arriaram as velas para que seja levado ao sabor das ondas, porém como um barco tripulado por navegantes que, mesmo no seio da maior tormenta, conservam a mão no leme, os olhos fixados nas ondas ameaçadoras e os braços com músculos tensos pelo esforço hercúleo de manterem içadas as velas fustigadas pelos ventos enlouquecidos, que tentam desviar o rumo e fazer soçobrar o barco. Desses é a responsabilidade da construção do mundo pós-globalização, porquanto sem eles a nau submergirá.

A IDEOLOGIA DA GLOBALIZAÇÃO

Uma das funções primordiais da ideologia é impedir a tematização dos fundamentos do poder. As normas vigentes não são discutidas porque são apresentadas como legítimas pelas diferentes visões do mundo que se sucederam na história, desde as grandes religiões até certas construções baseadas no direito natural, das quais a doutrina da justa troca (fundamento do capitalismo liberal) constitui um exemplo.

A ideologia tecnocrática, que é a de nossos tempos, compartilha com as demais ideologias a característica de tentar impedir a problematização do poder existente, mas se distingue radicalmente de todas as ideologias do passado, porque ela é a única que busca esse resultado, não mediante a *legitimação* das normas, mas através de sua *supressão.* O poder não é legítimo por obedecer a normas legítimas, como se pensava antes, sim por obedecer a regras técnicas, das quais não se exige que sejam justas, sim que sejam eficazes. Sendo eficazes, são legítimas, pelo que os fundamentos do poder prescindem de ser tematizados. O poder é legítimo não porque repouse sobre uma normatividade legítima e sim por assentar em regras técnicas que lhe asseguram a eficácia, donde inexistir, a rigor, o que legitimar. A lógica das coisas sendo o que é, não pode ser alterada por decisões políticas.

A ideologia tecnocrática, como acentuam Bárbara Freitag e Paulo Rouanet,[7] remetendo ao pensamento de Habermas, é muito mais indevassável que as do passado, porque ela está negando, na verdade, a própria estrutura da ação comunicativa, assimilando-a à ação instrumental, pois aquela, baseando-se na intersubjetividade, funda-se em normas que precisam ser justificadas (mesmo que tal justificação se baseie em falsas legitimações) enquanto esta, a ação instrumental, fundando-se em *regras*, não exige qualquer justificação. O que está em jogo, portanto, é algo muito radical: nada menos que uma tentativa de sabotar a própria estrutura do interesse da espécie, que inclui, ao lado do interesse instrumental, também o interesse comunicativo.

[7] *Habermas ,* Editora Ática, 1980, ps. 14-17

Conseqüência inelutável e trágica é que problemas práticos, afetando a coletividade, foram transformados em problemas técnicos, resolvidos por uma minoria de *experts* que têm o *know-how* necessário, impondo-se, conseqüentemente, a despolitização das massas. Passamos a ser dominados pelo poder de coação da chamada racionalidade técnica. A redução das decisões políticas a decisões de uma minoria (a nova elite dos tecnocratas) significa, ao mesmo tempo, um esvaziamento da atividade prática em todas as instâncias da sociedade (política, social e mesmo econômica) e a penetração do Estado (instância política) nas duas outras, submetidas a uma crescente administração, geradora de conformismo e domesticação por induzimento.[8] A globalização pretende ser a apoteose da ideologia tecnocrática. No expressivo dizer de Gabriele Muzio,[9] ela é o estágio de perfeição do paradigma moderno, parte de um longo contexto de poder, aquele encarnado pelo paradigma da modernidade e pela ideologia econômica que a sustenta. Apenas aditaria que esse estágio de perfeição é, por igual, o momento crítico em que o processo ou levará à ruptura ou a sua superação.

Nenhuma ideologia se consolida se não criar os seus mitos, véus que interpõe entre a realidade da dominação que procura ocultar e ao mesmo tempo funcionam como a tela em que projeta suas falsas representações. A ideologia da globalização não poderia prescindir de seus mitos, utilizando-os para encobrir o que realmente está acontecendo. Dentre eles, daremos ênfase aos de natureza econômica e política, justamente porque os mais trabalhados com vistas a favorecerem uma visão edênica do futuro, suficiente para desmobilizar resistências e induzir conformismo. São eles a economia de mercado mundializada, apontando para uma prosperidade geral e crescente, a par da progressiva consolidação e generalização da democracia, com o consectário da tutela da dignidade humana e de seus desdobramentos.

O MITO DA ECONOMIA DE MERCADO

Arrighi[10], aderindo à concepção braudeliana, fala de uma economia estruturada em três andares – o da produção material, o da circulação ou do mercado, e o das altas finanças, onde o "dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político". Com base nesse entendimento, demonstra ser o capitalismo, por essência, um sistema que repele a plena submissão às leis do mercado. Capitalismo e economia de mercado são incompatíveis, porquanto a segurança reclamada pelos investimentos e a necessidade de manter a reprodução ampliada, vital para o

---

[8] Sobre a perda da dimensão ética e da responsabilidade política da ciência ver *Ciência com consciência,* de Edgard Morin, Bertrand Brasil,1996 e Ulrick Beck *La sociedad Del riesgo,* Paidós, Barcelona, 1998.

[9] A globalização como estágio de perfeição do paradigma moderno:uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo, em Os sentidos da democracia. Política de dissenso e hegemonia global, Coord, de Francisco de Oliveira e Maria Célia Paoli, Vozes. Petrópolis, 1999

[10] *A ilusão do desenvolvimento,* Ed. Vozes, Petrópolis, 1997

sistema, pedem a administração de todos os momentos do processo econômico. Conseqüentemente, o Estado, solução política derivada das exigências do sistema capitalista, foi sempre, mais ou menos ostensivamente, um agente atuante e decisivo na condução do processo econômico. Se pareceu ausente e atuava discretamente no primeiro estágio do capitalismo, dito liberal, isso se deu pela simples razão de que tal postura se identificava com os interesses do empresariado. Aparentemente, havia omissão, mas em verdade o Estado *agia* do modo mais conveniente ao interesse da reprodução ampliada, fundamental para o processo capitalista de produção A questão social, a ampliação do sufrágio, a organização dos trabalhadores e o alto custo que passou a representar a conquista de mercados externos fizeram com que o Estado, enquanto instituição formal, mostrasse de modo mais evidente sua face. Progressivamente, a própria segurança da expansão do sistema capitalista reclamou sua maior presença, falando-se aqui em capitalismo tardio, ou capitalismo organizado. A sobrevivência das sociedades do capitalismo tardio, para usar uma terminologia habermasiana, passou a depender, inclusive, da crescente intervenção do Estado na esfera econômica, processando-se ela sob a forma de manutenção e ampliação da infra-estrutura material e social (setor de transportes, comunicações, sistema de saúde, educacional etc.) bem como sob a modalidade de investimentos diretos em empresas de alto custo e baixo rendimento, objetivando manter a competitividade das indústrias nacionais no mercado internacional (v.g. indústria espacial, de aviação, atômica, de armamentos etc.) Deu-se ênfase particular, também à criação de grandes centros de pesquisa estatais (*big science* e *development research)* que permitiram a socialização dos altos custos do desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia, consideradas fundamentais para a manutenção e o crescimento da reprodução ampliada.[11]

Em razão de tudo isso, apoderou-se o Estado de um instrumento do qual se favoreceu amplamente. O fato de a ciência e a tecnologia terem assumido o papel de verdadeiras forças produtivas, sem as quais o crescimento econômico, dentro do quadro de referência do capitalismo, não poderia ser mantido, significou que o Estado que as controlava, manipulava e promovia, transformando-se, ele mesmo, no *promotor* do progresso e do bem-estar coletivo. E na medida em que a mobilização dessas forças produtivas (ciência e técnica) foi coroada de êxito, dando-se o crescimento econômico, o Estado encontrou uma nova forma de legitimação. A ideologia da troca do equivalente, que fundamentara a existência do Estado liberal, pode, agora, ser abandonada em favor da ciência e da técnica, que assumem, conseqüentemente, o papel de ideologia, a ideologia tecnocrática.

Revela-se, destarte, como um discurso hipócrita a catilinária hoje entoada contra o Estado pelos agentes econômicos, como se capitalismo e Estado pudessem se divorciar. Assim como toleraram e fomentaram, ontem, a presença do Estado, porque conveniente, o que pretendem, hoje, os detentores do poder econômico, é limitá-la ao estritamente necessário, em termos políticos, para otimizar o processo da reprodução ampliada e da

[11] Freitag e Rouanet, *ob. cit.*

homogeneização das preferências. Não se quer a retirada do Estado policial que contém o furor dos desesperados, sim a do Estado que se fez fiador de um pacto político entre o trabalho e o capital num momento de fraqueza deste último, por motivo do impacto avassalador da Segunda Grande Guerra sobre o capitalismo europeu, também ameaçado pelo Urso Socialista Soviético. Foi para sobreviver que o capitalismo aquiesceu à institucionalização do Estado do Bem-estar Social que, antes de ameaçá-lo, teve o fantástico poder de desmobilizar resistências e aburguesar os antigos revolucionários. Talvez só o retorno do fantasma do medo possa levar a uma nova postura conciliadora.

O MITO DA PROSPERIDADE GERAL E CRESCENTE

Como visto precedentemente, o neoliberalismo é um instrumento ideológico encobridor de um projeto de dominação, à semelhança do que foi o liberalismo econômico no alvorecer do sistema capitalista. Pretende ele apenas que o juiz da pugna feche os olhos e deixe que o lutador mais vigoroso desrespeite as regras civilizadoras do combate. A brutalidade dessa postura foi açucarada, ontem, com a afirmativa de que o máximo de felicidade coletiva dependeria da livre busca, por cada indivíduo, de seu bem-estar pessoal. Hoje, mudou-se o engodo – o máximo de bem-estar social será alcançado se deixarmos cada agente econômico buscar a maximização de sua prosperidade. Para lograr esse objetivo devem-lhe ser assegurados os instrumentos necessários: o mercado global, o livre comércio e a desregulamentação do fluxo de capitais e da locação da força trabalho.

A mentira de outrora recebeu um desmentido histórico cruel, porquanto a chamada questão social tornou evidente que, se por um lado, a liberdade só pode ser experimentada individualmente, por outro lado ela só pode ser vivida socialmente.[12] A mentira de hoje está sendo desmascarada também por duas décadas de neoliberalismo, nas quais os fatos evidenciaram que deixar os agentes econômicos livres na busca da maximização de sua prosperidade significa progressiva e alarmante concentração de riqueza, progressiva e impiedosa exclusão de muitos do acesso aos bens necessários à satisfação de necessidades básicas da condição humana.

Os dados disponíveis são alarmantes. Os ganhos tecnológicos têm possibilitado um significativo aumento na produção de alimentos, mas, enquanto os agentes econômicos ampliam seus lucros, há no mundo, segundo dados da ONU, um número crescente de pessoas que passam fome. São elas, hoje, 800 milhões, sem se computar as que apenas conseguem se alimentar de modo insuficiente. Expressivo, a respeito, o pronunciamento de Andrew Millan,[13] diretor de operações da ONU para a Agricultura e a Alimentação, a FAO: “Nós sabemos muito bem o que fazer, só falta vontade política.” E isto foi dito antes da reunião, em Roma, da Cúpula Mundial da Alimentação, que

[12] Cf. Zygmunt Baumann, *Em busca da política,* Rio, Jorge Zahar Editor

[13] Folha de S. Paulo, 09.06.2002, p. A 23

redundou num preocupante fracasso, dado o desinteresse dos paises centrais, marcadamente os Estados Unidos, em se comprometerem com programas com essa finalidade.

Em termos de participação no comércio mundial, ao invés de ganhos, o que também tem ocorrido são perdas. A CEPAL, numa publicação intitulada *Globalização e desenvolvimento*[14]*,* registra dados que mostram ter havido declínio e não avanço na participação dos paises periféricos em termos de comércio internacional. Atribui o fenômeno a três assimetrias fundamentais: a concentração do progresso técnico nos paises desenvolvidos, o caráter lento, irregular e crescentemente mais oneroso de sua propagação aos paises periféricos e a maior vulnerabilidade macroeconômica dos paises em desenvolvimento em face dos choques externos, associada a sua menor margem para adotar políticas anticíclicas, dada a gravitação e comportamento dos mercados financeiros, que tendem a potencializar o ciclo e a exigir dos governos políticas pro-cíclicas.

Soma-se a tudo isso o contraste entre a elevada mobilidade do capital e as restrições impostas aos deslocamentos internacionais de mão-de-obra. Agravando esse quadro, entidades ditas de gestão supranacional, dotadas de poder de gerência sobre o mercado global (FMI, Banco Mundial etc.) asseguram a eficácia dessa política concentradora, cuja matriz é instituída com vistas aos interesses dos paises desenvolvidos, o que favorece a manutenção neles dos benefícios da expansão do comércio internacional e do progresso técnico. Em 1960, uma comparação internacional, efetuada pelo PNUD, comprovou que os 20% mais ricos da população mundial tinham uma renda 30 vezes superior aos 20% mais pobres. Em 1990, apesar de todos os programas de ajuda e em que pese o vigor da fé neoliberal, a renda dos 20% mais ricos da população mundial passou a ser 59 vezes maior que a dos mais pobres.[15]

O canto de sereia do livre mercado e da desregulamentação das transações internacionais como favorecedores da prosperidade geral mereceu ainda um desmentido sem-cerimonioso, para não dizer cínico, na prática protecionista do Grande Profeta dessa *Fé*, que são os Estados Unidos, subsidiando petulante e unilateralmente, tanto o aço quanto os produtos agrícolas norte-americanos. Como se tanto não bastasse, adiciona-se a essa deterioração mundial na participação do produto do trabalho social a tragédia dos *excluídos,* que não são desempregados no estágio transitório entre a perda do emprego e seu retorno ao mercado de trabalho, mas criaturas humanas expulsas desse mercado em termos irrecuperáveis. Acredito que todo o exposto justifica qualificar-se de mito o compromisso do neoliberalismo com a expansão da prosperidade geral.

---

[14] *Pós-neoliberalismo II. Que Estado para que democracia?* vários autores, Ed. Vozes, Petrópolis, 2000, p. 31,,

[15] Atílio ª Boron, *Pós-neoliberalismo II cit.,* p.31

O TERCEIRO MITO: A CRESCENTE CONSOLIDAÇÃO E GENERALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA, COM O CONSECTÁRIO DE TUTELA DA DIGNIDADE HUMANA E DE SEUS DESDOBRAMENTOS

Atílio A. Boron,[16] descontado algum excesso que se lhe possa atribuir, tem reflexões irrespondíveis a respeito da incompatibilidade entre o capitalismo liberal ou neoliberal, cujo Deus é o mercado, e uma democracia que pretenda ir alem de sua vazia expressão formal. Lembra Bobbio, quando afirma que uma democracia genuína remete a um modelo ascendente de organização do poder social, vale dizer, a democracia é diretamente proporcional à parcela efetiva de poder de decisão, de receber informações e controlar a execução das decisões deferido à sociedade. O mercado, diversamente, obedece a uma lógica descendente: são os grupos beneficiados por seu funcionamento – principalmente os oligopólios – que têm capacidade de "construí-lo", "controlá-lo" e "modificá-lo" à sua imagem e semelhança e o fazem de cima para baixo.

> "Os mercados rejeitam – em sua prática, embora não em sua retórica discursiva – as pretensões de igualdade e inclusividade próprias da ordem democrática. Exigem compradores e vendedores e estes não são iguais – nem podem ser – porque há uma operação de compra e venda essencial e sobre a qual descansa todo o funcionamento dos mercados que, ao dividir estruturalmente os cidadãos em duas classes, introduz uma distorção radicalmente incompatível com a democracia: a dos vendedores da força trabalho e a daqueles que podem adquiri-la. Esta compra e venda fundamental é ignorada – ou abertamente subestimada em sua importância – por toda a tradição liberal, que constrói seu discurso da "liberdade mercantil" depois que aquela foi realizada, desinteressando-se por suas conseqüências. Conclui-se, portanto, que a democracia se orienta tendencialmente para a integração de todos, conferindo aos membros da sociedade o status de cidadão, enquanto o mercado opera sob a base da competição e da "sobrevivência dos mais aptos", não estando em seus planos promover o acesso universal da população a todos os bens que são trocados em seu âmbito. A participação no consumo, diferente da participação na vida democrática, longe de ser um direito, é, na realidade, um privilégio que se adquire da mesma maneira que se adquire qualquer outro bem no mercado. A lógica da democracia é a de um jogo de soma positiva. A do mercado é a de um jogo de soma zero: o lucro do capitalista é a insuficiência do salário. Portanto, no mercado, para que alguém ganhe, o outro tem que perder."

Acrescentaria a tudo isso as reflexões de Arrighi precedentemente transcritas com as quais tornou evidente, inclusive, a incompatibilidade entre capitalismo e mercado. Destarte, à falsidade do discurso que tenta compatibilizar mercado e democracia, devemos somar o discurso hipócrita que tenta compatibilizar capitalismo com a "mão invisível do mercado", que opera com a inelutabilidade das leis naturais. Capitalismo sem cumplicidade do poder político é algo impensável.

---

[16] *Ob. cit* na nota 12, , *Os" novos Leviatã" er a* ***polis*** *democrática, neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina*

O ESTADO E SUA SIMBIOSE COM O CAPITALISMO

As ponderações feitas até aqui permitem passarmos à abordagem de mais um mito do neoliberalismo globalizado, merecedor de tratamento autônomo, como pretendido pelos organizadores do Congresso, ao definirem o tema desta conferência: sua contraposição ao Estado.

A catilinária do capitalismo de nossos dias contra o Estado-nação é um duplo discurso. Verdadeiro, no que tem de pernicioso, mas despistador no que oferece como positivo. Com ele, o que se pretende, efetivamente, é a fragilização do Estado de Direito Democrático e Social e conseqüente ajustamento do poder político institucionalizado aos objetivos perseguidos, hoje, pelo capitalismo. A verdade, portanto, é que inexiste o propósito de superação do Estado-nacional. O que se persegue é sua reorganização em novos termos, com o desmonte do Estado do Bem Estar Social. Este propósito foi expresso magistralmente por Martin e Schumann no subtítulo de seu livro já referido, que intitularam de *A armadilha da globalização: O assalto à democracia e ao bem-estar social.*

Se o fenômeno do poder, em sua expressão política, é de todos os tempos, o Estado-nação foi uma arranjo institucional da Modernidade. Numa síntese talvez exagerada, porém necessária no contexto deste trabalho, poderemos dizer que o Estado Moderno surgiu como resposta à necessidade do capitalismo superar a organização política do feudalismo, caracterizada pela dispersão do poder em vários centros soberanos, o que se mostrava incompatível com o projeto nascente, só possível com a centralização das decisões políticas disciplinadoras das relações econômicas, imprescindível para sua segurança e expansão.[17] Visando esse objetivo, a burguesia aliou-se ao monarca, financiou-o e apoiou-o na tarefa de desmontar a organização feudal do poder político. O monopólio do uso legal da força pelo Estado, na pessoa do soberano, viabilizado em virtude do obsoletismo das armas de que dispunham os senhores feudais e de sua incapacidade para modernizá-las[18], importou, por igual, no monopólio, pelo rei, das decisões políticas e da produção do direito, sem que detivesse, contudo, as rédeas do poder econômico, o que é de todo disfuncional. Daí a necessidade de, uma vez desestruturado o feudalismo, unificarem-se na burguesia tanto o poder econômico quanto o poder político, pelo que se tornou o monarca um obstáculo a ser afastado. A burguesia deu seguimento ao seu projeto, já agora objetivando concentrar em suas mãos ambos os poderes. Para consumá-lo, os reis foram mortos ou destronados, quando resistentes, ou tornados meros símbolos, nas denominadas monarquias constitucionais.

---

[17] O excedente, de reduzida significação, era negociado no **mercado,** com um específico de local, donde ser possível conviver com o feudalismo, ainda quando houvesse engendrado as cidades-Estado. O excedente, no capitalismo, já não se compadecia com o mercado visto como local, sim como um espaço econômico a exigir expansão em termos incompatíveis com a base territorial do feudalismo

[18] Robert Kurz, , *A origem destrutiva do capitalismo,* Folha de S. Paulo de 30.03.97, Caderno Mais, p. 3

Com a ascensão política da burguesia e conseqüente institucionalização do chamado Estado de Direito Democrático, impôs-se a teorização do deslocamento da soberania da pessoa do monarca para o "povo", mais realisticamente, para o segmento dos proprietários e empresários, únicos que, na democracia censitária dos primeiros anos, ocupavam o espaço político no qual se processavam as decisões e formalizava-se a regulação jurídica. O perfil do chamado Estado *gendarme* foi o adequado para esse estágio do processo econômico. Ele atuou como mero guardião da propriedade e da seriedade dos contratos, únicos espaços necessitados de regulação, preservando-se o poder econômico de ocasionais investidas do poder político mediante a teorização e institucionalização dos direitos fundamentais de natureza civil, asseguradores dos limites postos ao poder político, na sua vocação de interferir no domínio privado, particularmente no econômico. A par disso, nenhum limite foi posto ao economicamente mais poderoso em suas relações privadas, equiparando-se à compra e venda civil e mercantil o negócio jurídico da locação da força trabalho.

Essa desvinculação do econômico do político, entendendo-se aquela primeira atividade como submetida, não a juízos de valor, sim à racionalidade das leis naturais, melhor dizendo, à mão invisível do mercado, refletiu-se, como visto, nas relações sociais e jurídicas privadas, reguladas com desconsideração absoluta da desigualdade substancial entre os sujeitos dessas relações, formalmente tratados como iguais. Daí porque as que se estabeleceram entre empregadores e empregados foram deixadas ao livre exercício da autonomia das vontades, desconhecendo-se e desprotegendo-se a condição de inferioridade e de não-liberdade de quem locava sua força de trabalho, único bem de que impropriamente poderia considerar-se proprietário.

Todos conhecemos o ocorrido subseqüentemente. O capitalismo, em sua prática qualificada de liberal, submeteu o assalariado ao mais desumano regime de divisão do trabalho social e apropriação de seu produto. Isso foi possível por força de alguns fatores: grande oferta de mão de obra, inexistência, ainda, de trabalhadores organizados, a possibilidade de expansão da demanda mediante a conquista de mercados externos etc. O desespero, entretanto, e o despertar da consciência dessa opressão geraram a chamada "questão social", que marcaria sanguinolentamente as conquistas dos operários em termos de melhores condições de trabalho e melhor qualidade de vida. Abriu-se, então, um espaço para o tratamento jurídico diferenciado dessas relações, ainda que de modo incipiente. Isso ocorreu não como dádiva dos detentores do poder econômico, sim como resultado de uma avaliação pragmática de ser menor para ele o custo oriundo das concessões aceitas que o da manutenção do antigo confronto. Revelou-se compatível o novo *status* perseguido pelos trabalhadores com os interesses de expansão do capitalismo. Desse pacto derivaram os chamados direitos fundamentais políticos, alargando-se o número e categoria dos participantes do processo eleitoral. Só condições muito específicas, no período que se seguiu ao fim da Segunda Grande Guerra, possibilitariam ganhos políticos e econômicos mais significativos para os trabalhadores, teorizando-se e institucionalizando-se o

Estado de Direito Democrático e Social, somado-se aos velhos direitos fundamentais os novos direitos fundamentais sociais.

O FUTURO DO ESTADO E DO DIREITO DO ESTADO

É chegado o momento de indagarmos sobre o futuro do Estado e do Direito do Estado. Gostaria de iniciar lembrando uma assertiva na qual insisto constantemente: nada é sozinho nem nada é para sempre. Nesses termos, pensar que o Estado-nação é algo definitivo será ilusão. Ele surgiu num determinado momento histórico, por força de pressupostos políticos e econômicos que o condicionaram, vem sofrendo constantes e profundas mudanças e desaparecerá quando os pressupostos que o fundamentaram deixarem de existir ou sofrerem transformações significativas. O que comporta discussão, portanto, é o problema de saber se o Estrado-nação já esgotou o seu papel histórico ou, ao contrário, continua sendo uma resposta para as necessidades presentes, Em outros termos: já é chegado o momento de se perceber sua inadequação, tentando-se pensar um novo modelo de institucionalização do poder político? Ou o que se tenta é apenas sua reforma, para ajustá-lo ao capitalismo no seu estágio atual? Numa ou noutra hipótese, a crise do Estado-nação deve ser analisada no amplo contexto dos acontecimentos conte2mporâneos, antes de se pretender isolá-la do todo em que se configura e que, por seu turno, também contribui para determiná-la.

Como vimos afirmando insistentemente, dissociar o político do econômico é desprovido de todo e qualquer sentido. A ordem social é um imperativo a partir da inviabilidade de poderem os homens produzir, espontânea e isoladamente, os bens necessários ao atendimento de suas necessidades. Esta a matriz da organização social e também do político. Conseqüentemente, cogitar-se de crise política dissociada de crise econômica é estar-se lidando, em verdade, com desajustamentos operacionais e não com uma crise do sistema. Quando muito se pode estar a braços com uma crise estrutural, de natureza localizada, afetando apenas certos arranjos organizacionais e nunca o sistema político como um todo.

A par disso, na matriz do econômico está a produção de bens e a apropriação desses bens em termos individuais e sociais. Este o núcleo e nele a relevância do fenômeno. Destarte, no cerne do político está o econômico e no cerne do econômico a produção social de bens (divisão do trabalho social) e a apropriação privada desses bens, o que pede uma decisão política associada a suficiente poder pra efetivá-la. Uma e outra coisa não são produtos ou efeitos de leis naturais, mas conseqüências relacionadas com decisões humanas e estas, por mais condicionadas que estejam por determinantes naturais, são de matriz originariamente política. Perversa manipulação ideológica será, por conseguinte, afirmar-se que esse arranjo de fatores prescinda de um centro de poder político institucionalizado. Se, ontem, o capitalismo financiou o rei para desestruturar a organização feudal, hoje, esse mesmo capitalismo, qualificado como “desorganizado” ou capitalismo de “cassino”, para tornar efetivo o seu projeto, pretende conformar em novos termos o Estado-nação, adequando-o ao

seu projeto de mundialização do mercado em benefício dos países centrais hegemônicos, o que se revelará inviável sem um sistema político compatível. Pretende o capitalismo transformar-se em um novo Atlas, não para carregar o mundo em seus ombros, como o da mitologia grega, mas para colocá-lo sob seus pés, o que reclama a institucionalização de um centro de poder supranacional, organizando-se politicamente o planeta como um arremedo de modelo federalista, em que os atuais Estados-nação cederiam parte de sua soberania em nome de um Governo planetário instituído em proveito de um mercado também planetário.

Permanecendo fiel ao convencimento de que são indissociáveis o econômico e o político, sempre se fazendo presente, em sociedades organizadas, a institucionalização de um centro de poder político monopolizador da produção do direito e do uso legítimo da força, vale dizer, de agentes políticos legitimados para produzir e aplicar normas jurídicas asseguradoras da eficácia do modelo de divisão do trabalho social e apropriação do produto do trabalho social economicamente viável, só posso concluir que, sem haver mudança naquele modelo, é inviável qualquer mudança em termos de sistema político-jurídico. Pode-se falar em reformas e ajustamentos, com vistas à eficácia do modelo, jamais sendo possível cogitar-se de sua mudança ou superação. Falta ao direito eficácia, abrangência e capacitação para a tarefa de operar no espaço dos macroconflitos, com vistas a regulá-los e disciplinar-lhes a solução. Isso o inviabiliza como instrumento de transformação social, cumprindo-lhe apenas consolidar e assegurar as transformações políticas que ocorram como conseqüência do confronto de forças presente na convivência social. Sendo assim, o Direito do Estado carece de um conteúdo que lhe seja específico e determinante, antes se afeiçoa, necessariamente, ao modelo de Estado que for institucionalizado e irá produzi-lo e aplicá-lo.

Como já demonstrado antes, o Estado Moderno se tornou Estado de Direito Democrático, republicano ou monárquico, configurando-se, no após Segunda Guerra Mundial, como Estado de Direito Social Democrático sempre como um arranjo organizacional que, em face de determinantes históricas do momento, asseguraria a permanência do modelo capitalista de divisão do trabalho social e apropriação privada do produto do trabalho social. O que há, hoje, é a pressão por um novo ajustamento do Estado em face da mudança de determinantes históricas do presente, que possibilitam pretender-se eliminar disfuncionalidades, tendo em vista as exigências decorrentes do modo como o capitalismo opera em nossos dias, seja qual for a adjetivação que lhe dermos (desorganizado, turbinado, de cassino) conservando-se, entretanto, o que lhe é essencial – produzir para o lucro e numa economia de escala, sem que as necessidades humanas sejam prioridade.

O Estado do Bem Estar Social, que se legitimava em virtude da qualidade de vida que proporcionava e do grau de satisfação que era capaz de produzir, decorrente da perspectiva do pleno emprego e da perda do temor do futuro, dado o eficiente sistema de seguridade social que instituiu, entrou em crise precisamente por sua inadequação com o *modus operandi* do novo

capitalismo e por força das conseqüências que determinou[19]. Ele hoje tem um custo descartável para o capitalismo predador e especulativo e é a efetivação desse propósito, ocultado pelo discurso neoliberal, o que em verdade se persegue com os engodos do fim da história e, por conseguinte, do fim do sofrimento humano.

Se os ganhos tecnológicos, que podem ser expressos sinteticamente, em termos de conseqüências, com o que se denominou da *compressão tempo/espaço*, possibilitam ao capitalismo avançar em sua vocação expansionista, levando-o a pensar na planetarização do mercado, isso o compele a também porfiar pela indispensável institucionalização de um centro de poder político, que gerencie esses novos interesses, monopolizando a produção e aplicação do direito e o uso legitimo da força. Bush e seus arreganhos texanos começam a nos convencer que isso não é um delírio ou mera fantasia, mas uma possibilidade desafiadora e cruel, a pedir reflexão e mobilização.

O LOCAL E O GLOBAL. A FACE DO NEONACIONALISMO

Os homens, em todos os tempos, sempre manifestaram a vocação de irem além de seu horizonte, tanto em termos de conhecer como de ocupar e dominar territórios e seus habitantes. Para isso, sempre se serviram dos instrumentos disponíveis, sendo por eles também condicionados. O império Persa foi até aos limites possíveis na época, o mesmo ocorrendo com o de Alexandre o Magno, com o Império Romano e quantos a estes sucederam. Foram expansionistas *nos limites de suas possibilidades.* No século passado, dizia-se que o Sol não se punha no Império Britânico. Isso também foi expansionismo, qualificado como imperialismo ou colonialismo. O que hoje chamamos de globalização é, em boa parte, o nome atual de uma velha tentação. Com ele se tenta mascarar a persistência do velho. Pretende-se fazer acreditado não se tratar mais do antigo lobo mau que ameaçava Chapeuzinho Vermelho e sua vovó, sim do Super Homem e do Homem Aranha colocando a serviço do bem os seus superpoderes. A verdade, entretanto, é que hoje, como ontem, o que se pretende é instituir mais um Império, só que ele, em nossos dias, se oculta sob mil pseudônimos que deixam desconhecido o seu verdadeiro nome e quem seu verdadeiro soberano. Ele é simplesmente o Império, como sugestivamente chamado por Negri e Hardt. [20]

O capitalismo, não sei se por sua vocação intrínseca de dissociar a produção de bens da satisfação das necessidades, sempre acoplou a sua vocação expansionista o anonimato dos agentes econômicos, o que foi um

---

[19] Sem caráter exaustivo, mencionaremos a hegemonia do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, a crise do dólar como padrão de trocas internacionais, a derrocada do leste europeu, a crise fiscal com a sobrecarga dos gastos com seguridade social, a perda da capacidade estatal de investir, o engessamento burocrático das empresas públicas etc.

[20] *O império,* Record, Rio, 2001

ganho no encobrimento da dominação. A imagem por excelência desse anonimato e encobrimento é a ficção do mercado, da mão invisível que comanda, de modo sábio e necessário, as relações humanas em sua dimensão econômica. Também anônima é a sociedade típica do capitalismo avançado, uma empresa sem proprietário e sem responsável, tanto mais oculta quanto mais poderosa.[21] A globalização é o nome novo com que se batiza esse velho encobrimento, quer das relações econômicas, quer dos empreendedores, quer da própria dominação econômica. Só mudou sua capacidade de atuar – hoje, lança bem mais longe o seu dardo envenenado. Na atualidade, acentuou-se a transnacionalização da economia, o mesmo ocorrendo com a comunicação e a ecologia. O próprio poder político se vê sem marcos definidos e já nem sabemos, com segurança, onde ficam suas fronteiras. Sob certos aspectos, tornamo-nos um mundo só, não na perspectiva otimista de Wendel Wilkie com seu *best seller* do após segunda grande guerra, mas como espaço geográfico e de comunicação, sem que tenhamos ainda um imaginário instituinte suficientemente poderoso para dar concreção a essa novidade desafiadora. Processa-se o novo, destarte, em meio à persistência do velho e do antigo. Permanecemos, em que pese o discurso vigente, desiguais e divididos, diria mesmo que progressivamente mais desiguais, num mundo onde se tornou impossível estar sozinho e estar distante. Porque, cumpre lembrar, não só o espaço, também o tempo se tornou impossível de ser pensado como antes. Ele apresenta-se a nós menos como "duração" e mais como "fulguração". Tudo se faz acontecimento, o puro agora, pelo que já se fala, inclusive, na "cultura do instante" e na "civilização do espetáculo", como se o homem tivesse se desvinculado do acontecido, de suas raízes, e pudessem se descomprometer com o que está por vir, quando, sem futuro, não há projeto, e sem projeto carece a vida humana de sentido.

Boaventura de Souza Santos trabalha a dicotomia "raízes-rizoma" para traduzir esse mal-estar. Rizoma é algo que ilude, parecendo raiz, por estar em baixo do solo, como ela, mas incapaz de nutrir a planta, porque por ela produzido. Só lhe é dado ser consumido, mitigar a fome de hoje, sem ter condições de preservar a árvore para produzir os frutos que saciarão a fome de amanhã. O grande desafio posto para todos nós, portanto, é o de recuperarmos nossas raízes, para o que precisaremos saber distinguir o "velho" do "antigo". O primeiro, algo descartável de que devemos nos desfazer com urgência. O segundo, diversamente, é parte integrante de nosso projeto humano e cumpre resgatá-lo para que continuemos levando adiante o nosso objetivo essencial – a progressiva libertação do homem. A ideologia da globalização esforça-se por nos induzir a crença de que o "antigo" é "velho" e deve ser descartado, induz-nos a pensar e proceder como se tivéssemos perdido nossas raízes, que são locais e necessitam sê-lo. Antes de sermos Humanidade, e diria mesmo que para sermos Humanidade, necessitamos ser *indivíduos*, alguma coisa única e vitalmente relacionada a nós próprios, essencial para nossa saúde psíquica, como é essencial haver um *lugar*

[21] Zygmunt Baumann, em seu livro *Globalização. As conseqüências humanas,* p.16 (Jorge Zahar Editor, Rio, 1999) fala dos "proprietários ausentes" que, nas palavras de Dunlap, livram-se das responsabilidades pelas conseqüências, que é o ganho mais cobiçado e ansiado que a nova mobilidade propicia ao capital sem amaras locais, que flutua livremente.

colocado ao alcance de nossos sentidos, que nos situe no espaço e no qual possamos interagir com semelhantes que se fazem nosso próximo, Sem nosso chão e nosso vizinho, somos criaturas exiladas de nós próprios. Viver não pode ser uma viagem sem retorno possível, porque se deslocar nesses termos é ser exilado ou expulso. Desarraigados do local e do próximo seremos impossibilitados de a ele retornar ou, se isso não se pretende, será um mero vagar enlouquecido.

O homem é indivíduo e é esta realidade fundamental que hoje se procura recuperar. Sem a consciência de nossa unicidade e irrepetibilidade, nada é construível em termos sociais. A chamada crise do sujeito é insustentável por seus próprios fundamentos, porque ela será sempre um dizer do sujeito sobre ele próprio. Diz-nos Rorty, um pouco na linha de Deleuze e Guatarry, que o sujeito pode ser definido, de uma maneira bastante econômica, como uma rede neural, de um lado e, de outro, como uma rede lingüística. Seríamos o centro em que se opera a conexão de muitos neurônios e de muitas significações, Isso, entretanto, soa um tanto esnobe, porque esse centro irrelevante e ilusório tem um correspondente existencial carregado de forte significação. Ele assume o rosto e o destino dos felizes e infelizes, dos opressores e dos oprimidos, dos desesperados que blasfemam e rasgam as vestes e dos que fugiram de tudo, refugiando-se no mundo do faz de conta para o qual escapam drogados ou contemplativos, mas também assume o rosto e o destino dos que são capazes de se indignar e resistir. Esquecermo-nos disso quando falarmos e pensarmos em globalização, será tão insensato quanto o seria demolir-se um edifício em que muitos se agasalhavam em muitos cômodos sem nada se ter ainda construído para abrigar a convivência comum dos desalojados. Oportuno recordar o dizer de Castoriadis: o homem (como indivíduo) não pode fazer senão a sociedade que o faz. Vale dizer: a sociedade será sempre o resultado da soma de vontades humanas lúcidas e críticas, que tanto podem ser as vontades hegemônicas dos dominadores como a dos que construírem a vontade hegemônica de libertação.

Essas reflexões nos autorizam a concluir que o espaço privilegiado do político é o “local”, sem se dever emprestar a esse termo o sentido de um pequeno ou reduzido espaço, mas entendê-lo antes como aquele em que se faz possível decidir sobre o que diz respeito a interesses que transcendem aos de cada indivíduo, por isso mesmo costumeiramente denominados de “bem comum” ou interesse geral. E quanto mais o poder de decidir é alocado a agentes políticos distanciados espacial e socialmente dos que sofrerão as conseqüências de suas decisões, mais opressor o poder e menos compartilhada a decisão. Daí ser fácil deduzir que globalização política, no estágio atual dos acontecimentos, é uma perversa forma de dominação de poucos e detrimento de quase todos. O espaço humano do político, sem dúvida, tem progressivamente se alargado em termos geográficos. Mas essa expansão só tem sentido quando se logra também alargar a interação social. No presente estágio, se o capital desumanizado tenta tornar vulnerável a suas decisões econômicas todo o planeta, nenhum ganho político associa a essa sua expansão. Antes, a exacerbação do econômico, gerando consumismo insaciável e exclusão social, matrizes de insegurança, incerteza e medo do

futuro, leva os homens a exacerbarem seus vínculos tribais, fechando seus espaços políticos não só para os excluídos locais, mas principalmente para os excluídos nômades, cujo desamparo é tão grave que nem mesmo conseguem viver o seu infortúnio no local em que plantaram suas raízes. A dolorosa dicotomia que Baumann traduz com o binário "turistas e vagabundos", ou seja, os planetários das elites dominantes, cada vez mais descaracterizados em termos nacionais, e os vagabundos, cada vez mais repelidos em ternos internacionais, cujo exemplar paradigmático é o migrante, essa figura ameaçadora e estigmatizada que nutre o novo neonacionalismo retrogrado, perverso, sem dúvida, mas justificado pela perda de referências num mundo em que, ainda para nos valermos da lúcida análise de Baumann, o que predomina é uma segurança incerta, uma certeza dúbia e uma garantia insegura que geram medos a solta.[22]

Podemos, a esta altura, já retirar algumas conclusões que respondem ao questionamento que nos foi feito. O capitalismo é inviável sem o Estado. Se crise existe, ela não é a do Estado, mas de um modelo de Estado que já não serve ao estágio atual do capitalismo. O Estado-nação delimitou o mercado para os agentes econômicos, considerando os instrumentos de que dispunham para sua expansão. Hoje, com os avanços tecnológicos surpreendentes de nossos dias, a capacidade de expansão do capitalismo, por conseguinte a dimensão do mercado de que necessita para consumá-la, é bem mais vasta que a dos Estados-nação. E assim como ontem a ideologia nacional foi o credo oficial, hoje se professa outra fé – a da transnacionalidade do mercado, por conseguinte também do Estado. Nessa ótica, mantendo a coerência de meu pensamento, só posso concluir que se o poder político conseguir se transnacionalizar, para servir ao capitalismo transnacionalizado, institucionalizando-se nesse nível, criando organismos que detenham o monopólio do uso legítimo da força em termos transnacionais, o Direito do Estado também se transnacionalizará, globalizando-se. Mas este novo "centro de poder" será, como o de ontem, concentrador e excludente. Se desestruturar o sentimento nacional (o que se mostra bem pouco provável mesmo em médio prazo) fá-lo-á não em favor da solidariedade entre os homens, sim em benefício de sua compulsão expansionista. O poder político será exercido pelos grupos de interesses que lograrem se harmonizar hegemonicamente. E na medida em que se harmonizarem, exercerão seu poder de coerção sobre os demais. Globalização e transnacionalização, em si mesmas, não são nem um bem nem um mal necessários. Tudo dependerá do modelo econômico que vier a ser institucionalizado e do processo político por meio do qual for institucionalizado. Não será pelo fato de ultrapassar os limites nacionais que ele será melhor. Também o Estado Moderno ultrapassou o espaço menor do sistema feudal e nem por isso foi um bem em si mesmo. A globalização é fenômeno semelhante. Diferente, apenas, em sua magnitude. A tecnologia permitiu que o poder econômico e o poder político atuassem eficazmente num espaço maior e num tempo menor. O direito, no espaço do mundo globalizado, será aquele que se revelar instrumentalmente adequado para otimizar o modelo econômico que for institucionalizado por decisão política. Se a

[22] *Em busca da política,* citada, os. 24 e segs.

sociedade recuperar poder político, haverá mais emancipação e menos regulação. Se isso não conseguir, só nos restará aprender a viver e conviver no "admirável Mundo Novo".

A DIMENSÃO UTÓPICA DA GLOBALIZAÇÃO

Toda ideologia contém em seu avesso uma dimensão utópica, como dissemos na introdução deste nosso trabalho. A ideologia da globalização também tem o seu avesso. E será ele, agora, o objeto de nossa reflexão. O econômico não é *por natureza,* isto é, fruto de uma determinação inelutável que escapa à vontade humana. Todo processo econômico é resultado de uma decisão política dos homens. Mas o econômico tem, em si, uma força de determinação que nenhuma outra dimensão da vida social possui. Daí essa dialética ao mesmo tempo simples e complexa – temos que decidir sobre o que produzir, como produzir e distribuir para consumir o que produzirmos. Esta decisão, entretanto, mais que nenhuma outra, terá uma particular eficácia determinante sobre todas as demais decisões que viermos a tomar. Sem ir às raízes econômicas, jamais se logra superar a decisão inicial determinante, por conseguinte, impedir as conseqüências que dela resultem. A modernidade foi edificada sobre os alicerces de duas poderosas utopias – a da razão e a do progresso, entendidas como expressando valores absolutos, forças determinadoras da emancipação do homem, quase vistas como leis necessárias a presidir o ser da história. A confiança na predominância da razão, livre de sanções religiosas e do peso da autoridade (tradição), isto é, sem senhores, nem divinos, nem humanos. A par disso, a crença na liberdade. Sem senhores, o homem é um ser livre. Deixar que o homem operasse explicitando sua liberdade seria a solução certa, tanto para o viver individual como para a convivência social, porque a liberdade, informada e conduzida pela razão, levaria necessariamente os homens ao progresso e ao pleno bem estar, como conseqüência.

Estas utopias desvaneceram-se. Estão sem nutrientes capazes de mantê-las vivas e fazerem-nas alimentar nossas esperanças. Os pensadores da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX ofereceram-lhe pungentes desmentidos. A razão, originariamente concebida como determinadora de um processo emancipatório, que levaria os homens à autonomia e à autodeterminação, transformou-se em seu contrário, gerando um crescente processo de instrumentalização para dominação e repressão do homem. O saber produzido pelo iluminismo não favoreceu o projeto emancipatório, engendrando, antes, a técnica e a ciência modernas, que mantêm com o seu objeto uma relação ditatorial. A razão que hoje se manifesta na ciência e na técnica é uma razão instrumental, voltada para o controle totalitário do homem e da natureza, dogmatizando não apenas sua visão da natureza, mas também naturalizando os processos sociais, atribuindo à dinâmica da história um funcionamento sistêmico, regido por leis absolutas e imutáveis. Esse descaminho fez-se patente com a crítica empreendida por pensadores de grande mérito, Marx, e Freud demonstraram ser impossível pensar uma razão soberana, livre de condicionamentos materiais e psíquicos.

Max Weber distinguiu uma razão substancial, comprometida com fins e valores, de uma razão instrumental, que pensa meios e ajusta-os aos seus fins. Foucault desvendou o entrelaçamento entre o saber e o poder, desmistificando a neutralidade da ciência e sua reta intenção. Hockheimer, Adorno e Marcuse desnudaram, por fim, o lado repressivo da razão, imemorialmente a serviço de um projeto de dominação da natureza e do homem. E essa crítica radical, desmistificadora da racionalidade técnica, conduziria, em nossos dias, ao ceticismo irracionalista dos denominados pós-modernistas, que têm no paralogismo de Lyotard sua mais representativa configuração, afirmando estar o dissenso na raiz da interação social, sendo tarefa inútil buscar universais, pois tudo é fragmentário, permanentemente aberto, permanentemente disponível e permanentemente instável.

O mito do progresso, por seu turno, assentava no convencimento de que o homem, como todo o existente, submetia-se a leis inexoráveis, que apontavam para um *ir adiante* e um *ir mais acima*, a serviço de um evolucionismo sem regressão. Natural que se projetasse esse entendimento para o âmbito do político e do social, donde a afirmativa de Saint Simon de haver a natureza sugerido aos homens, em cada época, a forma mais apropriada de governo. O curso natural das coisas criaria as instituições necessárias para cada corpo social. Disso para o organicismo de Durkheim foi um passo inevitável, dele fluindo o funcionalismo de Parsons e o procedimentalismo de Luhmann. Mas também aqui frustaram-se as esperanças. A ciência e a técnica foram incapazes, por si mesmas, de levar a uma sociedade mais justa e a um bem estar mais generalizado, antes acentuaram, em termos relativos, maior desigualdade e maiores riscos à sobrevivência do homem. E o que é mais grave, a própria ciência parece exaurir-se em sua capacidade transformadora, a ponto de Edgar Morin poder falar em uma ciência com consciência e reclamar Ulrick Beck uma ciência reflexiva.

Nem se precisou de muito para que a inconsistência dessas utopias se tornasse evidente ao homem comum, porque presente no seu quotidiano, fazendo-o capaz de perceber que a maior independência pessoal por ele aparentemente alcançada, em virtude da fragilização dos significados coletivizadores da pre-modernidade, teve como contrapartida sua progressiva servidão a um poder impessoal, difuso, sem rosto e sem nome, típico de uma sociedade tecnológica em que o saber, acumpliciado com o poder, é cada vez mais dominação. Dissociou-se o produzir do fruir, passando ele a vincular-se mais diretamente ao “lucrar”, gerando-se um excedente prioritariamente destinado ao reinvestimento. Fortaleceu-se o círculo vicioso do capitalismo que, desvinculando-se da “austeridade” calvinista, teria que desembocar no “consumismo”. Na medida em que a poupança cresce, cresce a necessidade de reinvestir, o que implica em maior produção de bens, que reclamam consumo. Induz-se o consumo, como conseqüência, que se reveste do caráter deletério de “supérfluo” e a distribuição de renda prescinde de qualquer preocupação de equidade associando-se apenas à necessidade de realimentar-se a reprodução ampliada, Por outro lado, a indução do consumo supérfluo implica em deterioração de valores cujo alicerce são as necessidades

básicas do homem, desviando-se o esforço humano para o atendimento de necessidades induzidas, desejos que nem mesmo são mais frutos de projeções individuais sim de domesticações publicitárias. O "consumismo" internacionalizou-se, mas a satisfação das carências que ele induz permaneceu desatendida numa dimensão preocupante, representada pela compulsão dos incapacitados para tê-las satisfeitas, um de cujos produtos é a crescente violência urbana. Estamos aparelhando os novos bárbaros para a invasão e desestruturação do Império? Ou os novos "patrícios" disporão de sofisticados armamentos, capazes de preservá-los do perigo mediante o holocausto dos excluídos? Por enquanto a tecnologia ainda não alcançou esse requinte, o que nos tranqüiliza temporariamente.

A concretização das chamadas regras de ouro fundamentadoras de uma justiça material absoluta e à cavaleiro de toda contingência mostrou-se absolutamente inviável, porque incompatível com a lógica intrínseca do capitalismo. Haverá sempre concentração, desigualdade e exclusão, conseqüentemente a necessidade de uma solução imposta politicamente e justificada ideologicamente. Nessa perspectiva realista é que devemos refletir e atuar. Sem o "novo" em termos de modelo de divisão do trabalho social e apropriação do produto do trabalho social nada será "novo" politicamente, como sem uma nova decisão política radical nada será "novo" economicamente. Daí parecer-me ser resposta única aceitável a de que se impõe a construção de um novo paradigma que recupere valores que foram promessas não cumpridas pela Modernidade, ainda quando por ela proclamados.

Se esquecermos que o *Estado* não é algo dado pela natureza, mas o resultado de um processo político, se o idealizarmos, retiraremos sempre conclusões incorretas. Sabemos perfeitamente que o Estado representará sempre a organização e institucionalização dos interesses hegemônicos. E somente se logrando poder hegemônico para segmentos mais numerosos da sociedade é que faremos também hegemônicos os interesses da grande massa dos politicamente dominados de ontem, o que permitirá a reformulação do perfil do próprio Estado. Vê-se, portanto, que a crise de nossos tempos é uma crise de dimensão intelectual, moral e espiritual numa escala e numa premência sem precedentes na história da humanidade. E é este seu macrodimensionamento que pressagia estarmos às vésperas de mudanças radicais, ou quando nada bem significativas, sem sabermos se para o bem ou para o mal. Fala-se, por isso mesmo, em crise de paradigma. É todo um modelo de representação da realidade que se nos apresenta problemático e nos deixa sem as respostas necessárias às perguntas suscitadas por nossa inquietação e desconforto existencial. Um paradigma está em crise, lembra José Eduardo Faria[23], quando não mais consegue fornecer orientações, diretrizes e normas capazes de nortear o trabalho cientifico. Os problemas deixam de ser resolvidos conforme as regras vigentes e para cada problema solucionado vão surgindo outros de maior complexidade. A certa altura, o efeito

[23] A noção de paradigma na Ciência do Direito: notas para uma crítica ao idealismo jurídico. Em A crise do direito numa sociedade em mudança, ps. 13 e segs., Ed. UNB, 1988

cumulativo do processo entra em período de crise. Não tendo mais condição de fornecer soluções, os paradigmas vigentes começam a revelar-se como fonte última dos problemas e das incongruências, e o universo cientifico que lhes corresponde gradativamente converte-se num amplo sistema de erros, onde nada pode ser pensado corretamente. O trágico, contudo, acrescento, ou quando nada o que agrava a tragédia, é que, por faltar um novo paradigma, a maioria dos *experts,* responsáveis pela prática do saber no quotidiano, conservam a *cabeça velha* e com ela buscam compreender e operar a *novidade* desafiadora. É o que está ocorrendo com muitos de nós, em que pese o nosso discurso aparentemente revolucionário que, no fundo, permanece resistente ao novo ou desapercebido do novo.

Nossa utopia, portanto, é mantermos a coragem de acreditar que existe um caminho que leva a Shangrila, A globalização antes de obstruí-lo bem pode estar alargando-o, para possibilitar que muitos possam percorrê-lo. Se os ganhos tecnológicos redimensionaram a correlação tempo/espaço e isso foi apropriado em favor do capital e em detrimento da condição humana, podemos inverter os termos e apropria-la para inviabilizar a hegemonia do capital. Tentarmos dar historicidade à vocação da democracia, na perspectiva que lhe Assinalou Bobbio, radicalizando-a. E democracia radical só é possível a partir de sua localização; só a proximidade sedimenta a solidariedade; a *àgora*, símbolo da democracia, é local, espaço onde os homens iguais se conhecem e discutem seus interesses comuns. Sem proximidade não há compromisso, e sem compromisso não há solidariedade. Esse "local" chama-se "espaço público" e foi dele que a globalização capitalista nos expropriou e a necessidade de sua recuperação em termos de maior amplitude é o que tentam impedir.A reinvenção desse espaço é o grande desafio utópico da atual geração. Aquela a que eu pertenço teve seu sonhos destruídos em Verdun, tentou recuperá-los sem proveito, novamente agredidos pela radicalização totalitária da esquerda e da direita que levou á Segunda Grande Guerra Mundial. A geração do após-guerra sonhou como nenhuma outra e como nenhuma outra experimentou a aventura de crer na concretização histórica de seus sonhos. E é ela que está sendo seduzida para sepultá-los, deixando livre a estrada para a globalização triunfante. Dessas gerações só restam os que desistiram, e estão vencidos, os que estão perplexos, e por isso mesmo paralisados, e os que insistem na sua rebeldia aparentemente insensata. São estes que precisam resistir e solidários com a geração da globalização, aceitarem o desafio de construir novos sonhos, que não podem ser os de ontem, mas devem ter necessariamente as mesmas motivações. Reinventar tudo para manter vivo o compromisso que está na essência da própria condição humana – o projeto emancipatório do homem.

Tornamo-nos homens no momento da evolução em que um animal deixou de ser regulado pelos instintos e foi condenado a regular socialmente sua vivencia e convivência. Foi condenado a dar sentido a todas as cosias e também a sua própria existência. Renunciar a um e outro desafio é renunciar à própria condição humana. E a reinvenção de novos sentidos e novas significações é o desafio que nos motiva ao tempo em que também nos ameaça.

A dimensão utópica da globalização é precisamente permitir que pensemos nessa emancipação em termos planetários e manter a crença de que existe um caminho que leva a Shangrila. A energia mobilizadora é a mesma, pouco importando que o sonho de ontem não nos tenha revelado o caminho. E se não deixarmos que ela se esvaia, conservaremos a coragem de crer e de persistir. Esta foi a mensagem que vi subentendida num belo e instigante poema de Czeslaw Milosz, poeta polonês, premio Nobel de literatura em 1980, ao qual ele deu o título de *Significado* e que gostaria de reproduzir para vocês, como minha profissão de fé.

Quando eu morrer, verei o avesso do mundo.
O outro lado, além do pássaro, da montanha, do poente.
O significado verdadeiro, pronto para ser decodificado.
O que nunca fez sentido fará sentido.
O que era incompreensível será compreendido.

Mas se o mundo não tiver avesso?
Se o sabiá na palmeira não for um signo? Mas apenas um sabiá na palmeira?
Se a seqüência de noites e dias não fizer sentido?
E nessa terra não houver nada, apenas terra?

Mesmo se assim for, restará uma palavra
Despertada por lábios agonizantes,
Mensageira incansável
Que corre e corta campos interestelares,
Corta galáxias que giram,
E clama, reclama, grita.

Meus caros amigos, principalmente os jovens, jamais se descerrará o véu que se interpõe entre nós e o Mistério. Nunca nos libertaremos do contingente e do imprevisível caminhando conosco em nosso transitório viver. Mas apesar disso e mais poderosa que isso, nossa coragem de viver e de sonhar será aquela palavra que restará incansável, que correrá e cortará campos interestelares e galáxias que giram. E ela permanecerá imortal,clamando, reclamando e gritando, porque ela nos dá a segurança de que, no avesso do mundo, se nada houver, nele estarão escritas, com a grafia das estrelas e das galáxias, as palavras definitivas – a condição humana tem sentido. Esta fé é estrela que nos servirá de guia em nossa caminhada para Shangrila.

Referência Bibliográfica deste Trabalho (ABNT: NBR-6023/2000):

PASSOS, J. J. Calmon de. O Futuro do Estado e do Direito do Estado. Democracia, Globalização e o Nacionalismo. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, nº. 2, junho/julho/agosto, 2005. Disponível na Internet: <http://www.direitodoestado.com.br>. Acesso em: xx de xxxxxxxx de xxxx

Obs. Substituir x por dados da data de acesso ao site www.direitodoestado.com.br

Publicação Impressa:

Revista Brasileira de Direito Público – RBDP, Belo Horizonte, ano 1, n. 1, abr/mai/jun, 2003, p. 153-180.